

Uniãoes gay Os jesuítas dizem Sim⁽¹⁾

A autorizada revista *Aggiornamenti sociali*, dirigida pelo padre Bartolomeo Sorge, toma com coragem a caneta para dizer, fora de qualquer polêmica, que a convivência entre duas pessoas do mesmo sexo faz bem à vida social e é possível seu reconhecimento jurídico. Vinte páginas de estudos firmadas pelo grupo, que trabalha sobre bioética (www.aggiornamentisociali.it), e, entre as linhas, o impalpável e precioso toque de um tom que não condena nem exclui, mas procura a possibilidade de um "espaço de encontro" entre as diversas posições. A reportagem é de Delia Vaccarello e publicada pelo jornal italiano *L'Unità*, 17-06-2008.

Parte-se das intervenções da Congregação para a Doutrina da Fé, passa-se através de considerações sociológicas e relativas a "sexo e gênero", para chegar às análises éticas, políticas e jurídicas. Impressiona a sensação, anunciada desde logo, de querer construir o diálogo. Depois de pelo menos dois anos, nos quais com freqüência o dito pelos religiosos católicos foi de áspera condenação da homossexualidade, o empenho em realmente querer compreender deixa seu sinal e emociona. São duas as constantes nas intervenções dos sete estudiosos empenhados (Carlo Casalone, Giacomo Costa, Paolo Fontana, Aristide Fumagalli, Angelo Mattioni, Mario Picozzi, Massimo Reichlin): a importância da estabilidade do casal homossexual e a "leveza" de um instituto que, reconhecendo direitos e deveres a quem oferece cuidados e sustento ao parceiro, não se interessa pelas interrogações -sexuais? "somente" afetivas?- que caracterizam aquele vínculo. Importa, parece dizer a Revista,

⁽¹⁾ Este artigo foi publicado no Boletim eletrônico IHU em 24 de junho de 2008 e foi aqui reproduzido dada a sua importância para o debate que este número da revista O Social em Questão desejou abordar.

que a relação seja duradoura. Pois, que seja sexual ou sublimada, não deve interessar ao legislador.

Por que é tão importante o reconhecimento dos casais homossexuais estáveis? Os jesuítas dizem-no com clareza: "para o bem comum". A expressão é extraída ao pé da letra do Concílio Vaticano II: "o bem comum é o conjunto daquelas condições da vida social que permitem aos grupos, como aos membros singulares, atingir a própria perfeição mais plena e expeditamente" (*Gaudium et Spes*, n. 26). O Concílio tem a peito a plena dignidade da pessoa que floresce numa relação estreita entre o indivíduo e a sociedade. Uma e a outra sofrem quando separadas. E ainda: o "bem comum" do Concílio encontra raízes também em nossa Constituição, onde o artigo 2º prescreve que à pessoa devam ser reconhecidos direitos e impostos deveres, seja como indivíduo, seja nas formações sociais nas quais se expressa sua personalidade. Por que a lésbica e o gay que vivem, amam, sofrem, comprazem-se há tempo na relação de um casal, em relação estreita com a sociedade (trabalham, pagam os impostos, vivem de cultura, se exprimem, etc.), não devem ser por ela reconhecidos? Deixá-los à margem significa não contribuir ao "bem comum", é lesar os indivíduos, é empobrecer a sociedade.

O Magistério

O amor homossexual é considerado não-autêntico, desordenado. Também no mais recente documento de 2003, da Congregação para a Doutrina da Fé, a posição é nítida: não se podem legitimar "direitos específicos" aos homossexuais. Olha-se com suspeita ao uso ideológico da "tolerância", que pode expor "as jovens gerações a uma concepção errônea da sexualidade e do matrimônio". É demasiado? É pouco? Paolo Fontana, encarregado da bioética na Diocese de Milão, levanta, como estudioso, algumas interrogações num léxico que "traduzimos" assim: o que fazemos com o peso social das relações entre pessoas que convivem? Se há um casal estável, emergem direitos e deveres, e a sociedade deve tutelá-los. Como fazer? Os escritos do magistério exploraram realmente toda a questão, ou ainda não se pronunciaram sobre a relevância social de um casal sólido? Entrementes, Fontana traça a hipótese de

trabalho da revista: para os casais estáveis, é preciso encontrar soluções, nas quais aos direitos correspondam iguais deveres.

Sexualidade

Sexualidade idêntica, orientação? De que estamos falando? Carlo Casalone, vice-diretor de *Aggiornamenti sociali*, com muita clareza desfaz confusões e mal-entendidos, corrige o chute sobre o uso dos termos, e se detém na velha questão da "escolha" de ser homossexual. Ele toca no problema: "A pessoa refere que se descobre homossexual sem querê-lo e quase sempre de modo irreversível". Depois, ele indica o caminho: "A tarefa da ética não está, portanto, em insistir para modificar esta organização psicosexual, mas em favorecer, na medida do possível, o crescimento de relações mais autênticas nas condições dadas". A quem diz que necessitamos de valores, estas palavras respondem plenamente. Não prescrições; não terapias para converter o homo em hétero. Mas, uma só bússola: a autenticidade dos vínculos. Não espanta a premissa reafirmada com que o estudioso abordara o tema: a sexualidade pode ser acessada reconhecendo "certo não-saber e certa ignorância". Dessa forma, os discursos sobre a sexualidade permanecem marcados por "uma insuperável incompletude". É um elogio do mistério que abre a reflexão. E induz a um respeitoso silêncio. O incognoscível serve de fundo às críticas sobre os excessos da "gender theory" (teoria do gênero) que desvincula totalmente a biologia (o sexo) da cultura. Segundo esta teoria, o corpo pode não dizer nada sobre nós; quem tem a última palavra é somente a identidade cultural, plasmável ao infinito.

Ocupa-se disso Aristide Fumagalli, professor de teologia moral no seminário arquiepiscopal de Milão. Ele também individua os "espaços de encontro" e indica um valor: a *gender theory* salvou a identidade sexual somente da natureza. O corpo, como a vestimenta, não dá todas as informações sobre a pessoa. Na prática, a diferença da qual tanto se fala não é somente aquela entre o homem e a mulher, e não é somente esta diferença que garante a maturidade de uma relação a dois, se por relação madura se entende um vínculo que deve acertar-se com um ser diverso de "mim", ou seja, com uma

alteridade. O outro ser que amamos é bem mais do que o seu corpo. Portanto, a igualdade dos corpos no casal homossexual "não impede em absoluto reconhecer-se a alteridade das pessoas". São acenos antropológicos a desenvolver em várias direções. Assim, Massimo Reichlin constata: "de fato a existência de uma relação afetiva duradoura é uma experiência da alteridade, a qual não se concretiza unicamente nas relações genitais".

A família não se toca

Se as relações gay podem ser estáveis e profícuas no plano pessoal e social, resta um abismo entre o instituto da família e o reconhecimento das convivências. A revista sublinha-o por diversas vezes, quase para prevenir equívocos, tomando a distância de quem requer a igualdade dos direitos entre homo e hétero. A família, garantida pelo artigo 29 da Constituição italiana, é uma "sociedade natural" potencialmente aberta à procriação. Por conseguinte, potencialmente em condições de recorrer àquela genitalidade biológica, cuja importância não é eliminada de todo. Mas, com honestidade, os estudiosos também dizem que a fertilidade não pode ser o semáforo verde para o acesso a direitos, pois, de fato, ninguém sonharia em retirá-los de um casal hétero estéril.

O político católico pode dizer sim

A indicação está, então, na valorização da estabilidade do vínculo e na solidariedade. "Já que se reconhece na estabilidade a fonte dos direitos e dos deveres, seria contrário ao princípio de igualdade excluir destas garantias certos tipos de convivência". O político católico pode, por conseguinte, expressar-se conscientemente a favor de uma norma de lei que valoriza a estabilidade e não se interessa se o vínculo entre os dois parceiros é sexual. Aqui política e norma legal exaurem a própria atribuição, adverte a revista.

Não se tem necessidade de entrar na intimidade dos parceiros. Basta a estabilidade. "A escolha de reconhecer o vínculo entre pessoas do mesmo sexo parece justificável da parte de um político católico. Ela representa uma opção condizente com o bem comum... sem pôr em discussão o valor da família".

Seria a quadratura do círculo? Não. É uma ótica inovadora de estudiosos do tema. Bem mais do que os *Dico*², que somente citavam os direitos de quem coabita. Bem mais do que os *Cus*³, que morreram no Parlamento. A lei para os companheiros de vida gay, proposta pelos jesuítas, é um passo fundamental para dismantelar as barricadas e dar uma resposta às primeiras dúvidas dos católicos. E realmente falar.

² Provavelmente são estudos e projetos que tramitaram no Parlamento italiano (Nota do organizador).

³ *Idem*.